

FÁBULAS DA MEMÓRIA: HISTÓRIAS DE UMA LENDA, HISTÓRIAS DE UM RIO – NATUREZA E CULTURA NO RIO JAGUARIBE/CE

Karuna Sindhu de Paula*

(... Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e tenho que abreviar com a vida, nos ramos do mundo. Mas, então, ao menos, que, nos artigos da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro

- o rio.

(ROSA, 2005, p. 82)

Dentre os muitos rios intermitentes do ecossistema da caatinga, um dos mais peculiares domínios de natureza no Brasil, estreito e raso, atravessando a Depressão de Tauá, com solos litólicos e superfícies colinosas, cortando o Planalto Sertanejo em Jucás, cujo solo podzólico avermelhado argiloso imprime às suas margens feições desérticas, alcançando a Depressão Sertaneja, que define grande parte dos municípios da sua bacia, onde há preponderância da semiaridez e onde sua topografia é predominantemente plana, vê-se o Jaguaribe correndo largo, sobre uma planície fértil de solos aluviais, até chegar às planícies flúvio-marinhas, transpor os tabuleiros costeiros e encontrar, imponente e volumoso, nas dunas e mangues de Aracati, o Atlântico.

Jaguaribe: rio das violas, rio das secas; riacho do sangue, rio maldito, rio da saudade. Aquele que nasce onde os sertões do Brasil são mais secos, florido em suas nascentes por jiteranas azuis, leva ao mar a dor e o pranto do Ceará, como canta Fagner: “as águas do Jaguaribe levam as mágoas do sertão para dentro do mar”...

Pelo rio Jaguaribe, correm águas que o poema de Demócrito Rocha consagrou em versos como o sangue do Ceará: “O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará”. Imagetivamente, o Jaguaribe se insere no universo do sertão semiárido do Ceará, como um dos maiores rios secos do mundo. É, contudo, evocado como a fonte propulsora da vida neste semiárido carente de água. Com suas águas, o Rio perpassa por distintos ecossistemas, ligados entre si na composição do vale do Jaguaribe.

O Rio Jaguaribe nasce na serra da Joanhina, município de Tauá, e deságua no Oceano Atlântico, tendo a foz no município de Fortim. Os principais afluentes das suas nascentes são os rios Carrapateiras, Trici, Condado, e Trussu. No seu curso, o Rio recebe outros rios que compõem as sub-bacias do Jaguaribe. Os mais extensos e com maior volume

* Mestre em História Cultural do Norte e Nordeste - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: Kdepaula06@gmail.com

de água são o rio Salgado e o rio Banabuiú. Outros importantes afluentes do Jaguaribe são o rio Cariús, o rio Palhano, rio Jucás e o rio Conceição.

O Ceará possui 90% do seu território numa região semiárida. O fato de os maiores reservatórios de água do Estado encontrarem-se na bacia do rio Jaguaribe confere-lhe uma função estratégica. Estes reservatórios garantem múltiplos usos, num extenso vale ‘perenizado’, e são responsáveis por uma parte significativa do abastecimento da cidade de Fortaleza e seu parque industrial. A área total da bacia do Jaguaribe é de aproximadamente 75.669 km² e as cabeceiras de suas sub-bacias servem de limite entre o Ceará e os Estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe está situada em sua quase totalidade dentro dos limites do Estado do Ceará, com pequena parcela estendendo-se ao sul para o Estado de Pernambuco (sub-bacia do rio Salgado, afluente que se une ao Jaguaribe no município de Icó – médio-Jaguaribe – rota e polo comercial de grande importância no comércio de charque entre as províncias do Ceará e Pernambuco no século XVIII). Ocupa cerca de 51,9% da área total do estado do Ceará, “balizando-se entre as coordenadas de 4°30’ e 7°45’ de latitude sul e 37°30’ e 41°00’ de longitude oeste” (GATTO, 1999).

Com uma extensão de cerca de 610 km, desde as nascentes até o litoral, o rio Jaguaribe e seus tributários percorrem uma região dominada, basicamente, pelas formações vegetais da Savana Estépica (Caatinga) e as de Tensão Ecológica, do tipo contato Savana-Estepe na região da Serra do Pereiro e Estepe-Floresta Estacional no setor extremo sul.

O período crítico e com maior deficiência hídrica ocorre entre os meses de julho a novembro, com pequenas variações, para uma área onde as pluviosidades máximas e mínimas anuais estão entre 1.270 mm e 470 mm, sendo que 60% da bacia é abrangida pelo clima semiárido, desde as proximidades do litoral.

O clima semiárido na bacia do Jaguaribe apresenta uma pluviosidade média anual de 700 mm a 800 mm, a temperatura média anual entre 26°C e 27°C, uma deficiência hídrica de 700 a 800 mm anuais, com oito a nove meses com déficit, o excedente hídrico sendo de 0 mm anuais (GATTO, 1999).

Das imagens de um rio físico a um rio literário, pode-se escrever uma história. São olhares distintos que perfilam a mesma paisagem. Que fazer o historiador com informações técnicas sobre um elemento natural em um ecossistema que lhe é desconhecido? Cabe a ele questionar sobre essa produção de dados, bem como, sobre o próprio conteúdo destes. É possível antever transformações naturais de ordem climática, provocadas pela ação humana no meio, por exemplo, se comparados os índices pluviométricos de 50 anos atrás com os de

hoje. Assim, informações sobre as condições pluviométricas constituem importantíssima chave para, através dela, realizar um estudo histórico de processos vividos pelo homem nesta ambiência particular do semiárido cearense. De forma que os limites de um rio são dados a partir da cultura e da dinâmica histórica que perpassam o mesmo. Sobre isso, escreveu Victor Leonardi: “embora os conceitos de nascente, foz, bacia, divisor de águas, leito, descarga, escoamento, regime fluvial, cor das águas e carga sólida sejam muito úteis para a potamologia, (...) estarei sempre incluindo um critério a mais para pensar este rio [rio Negro/AM]: *o histórico*” (LEONARDI, 1999, p. 19).

Num entendimento histórico, mesmo um rio não é um dado pronto. Seus contornos, fronteiras e nascentes são, quando não insondáveis, produzidas por disputas e afirmações humanas. Ou, talvez, como escreve Mia Couto, “*é mentira haver fonte do rio. A nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício. O rio é uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar*” (COUTO, 2003, p. 74), já que “os rios serpenteiam, lembrando cobras”, segundo alegoria do intelectual paulista Alfredo Ellis Jr., indicando o papel sinuoso dos rios na ocupação colonial do Brasil (apud CORRÊA. In: ARRUDA 2008, p. 58).

Algumas vezes, num gesto de afronta a si mesma, a natureza faz brotar no seio de solo infértil uma água que desafia fronteiras, ultrapassa chapadas, os relevos hostis, os meses secos do ano, os anos secos dos séculos, os açudes que a interrompem, e compõe um rio que arrastou cidades, vidas e plantações, nas suas cheias mais violentas. Hoje perenizado, o Jaguaribe tem suas águas por fim ‘domadas’. As técnicas dos homens da ciência, na luta pelo progresso, contra a natureza, sobrepujaram as águas rebeldes de um rio que castigou o homem com excessos e falta.

Muito mais que de correntezas aquíferas, o Jaguaribe abriga em seu leito uma complexidade de sentidos e entendimentos que o tornam significativo como objeto de estudo e pesquisa de um trabalho em História Cultural: disputas políticas, intervenções científicas e seu papel proeminente no processo de ocupação das terras do sertão cearense.

Dividido em sub-bacias, unidades geo-ambientais e regiões, o Jaguaribe não é um rio uniforme, embora seja *o* mesmo rio que corre por ecossistemas variados. De um rio estreito, com finas correntes de água em Tauá, a um rio forte, amplo, navegável em Aracati, ou um rio salgado, cheio de mar, no Pontal do Maceió, estancando em açudes e seguindo após os sangradouros, o Jaguaribe conserva consigo seus sentidos e carrega suas representações sempre múltiplas, porém que dizem sobre um *mesmo* rio. Os rios serviram aos poetas e filósofos de imagem-metáfora para representar mudanças e transformações. Águas que



correm pelo mesmo leito, embora sejam sempre outras as águas deste rio... E que formam um rio constantemente distinto.

O presente artigo tem por vistas apresentar, por meio da problematização de uma lenda (re)contada e originada no município de Jucás (CE), múltiplas faces que recebe o rio Jaguaribe. Trata-se da lenda de um bicho que tem nomeação genérica. Um bicho que traz consigo, em seu codinome, unicamente a indicação de sua pertença: um bicho *do rio*. Não se trata de um bicho qualquer, encontrado em outro lugar, senão no rio; e este rio é o Jaguaribe. Um bicho que pode ser tantos bichos quantos existam nas visões/memórias daqueles que foram atacadas por ele, bem como na fauna local do rio. Além da relação de medo que se estabelece com o rio/natureza, a lenda apresenta uma série de elementos ricos para estudar os processos históricos, vivenciados ao longo do século XX, nas cidades da ribeira do Jaguaribe. Destarte, é possível por ela apreender as leituras que são feitas das intervenções científicas sobre o espaço do Jaguaribe, já que, como afirmam os depoentes desta pesquisa, a lenda existe desde o *tempo das barragens* no rio. O foco das análises são as significações, tecidas no campo do imaginário, sobre os elementos históricos e naturais da ambiência do Jaguaribe.

Um conjunto de depoimentos recolhidos em pesquisas realizadas nos anos de 2009 e 2010 compõe o corpo documental utilizado para embasar o desenvolvimento deste estudo. Outra fonte que dialogou com os depoimentos e pesquisa foi o livro de versos intitulado “*A Lenda do Bicho do Rio*”, publicado em 2004 por Ernando Cavalcante, morador do município de Jucás. Os depoimentos aqui expostos foram transcritos mantendo as palavras e as formas de narrativa expressa pelos depoentes, tendo em vista o respeito pela originalidade de suas falas e pela aproximação que estas concedem do tema estudado.

Por ser um bicho meio serpente, parte todos os demais animais da fauna nativa do Jaguaribe, o Bicho do Rio tem também um punhado de ‘nascimentos’, ou de origens. E até hoje não teve um fim, pois tanto o Bicho segue espaçadamente fazendo seus ataques, quanto recebe sentidos variados, múltiplos, de permanência dentro de um imaginário. Para alguns, o Bicho faz parte das crenças dos antigos, de um universo passado, superado pelo tempo, tempos de outros passatempos. Para outros, a lenda é real, existe, mesmo que nunca tenham visto o Bicho. Trata-se de algo inexplicável por uma lógica racionalista moderna, sim, mas que fica relegado a uma dimensão real da ambiência do Jaguaribe. A alguns, o Bicho do Rio acena como algo a ser preservado e utilizado para fins políticos, e a outros, como parte da memória e do folclore local. Há ainda uma face representada pelos preceitos bíblicos que situam o Bicho do Rio como uma manifestação de Satanás, acontecendo ali no rio pela falta de fé que certas pessoas têm em Deus, nos tempos hodiernos.



Para fins de recorte, este estudo aqui apresentado irá centrar-se nas representações da lenda do Bicho do Rio quando este é evocado, pelos moradores do município de Jucás e depoentes dessa pesquisa, como ‘serpente’, ‘cobra’ ou ‘fera’. “A serpente era o mais astuto de todos os animais”; “de todas as bestas-feras, a serpente é a mais poderosa” (Gênesis 3.1). Recebido por uma cultura cujo imaginário está fortemente marcado por figuras bíblicas, a linguagem usada recorrentemente pelas pessoas é salpicada por termos que fazem alusão ao Antigo Testamento, particularmente ao Gênesis. Primeiro, o Bicho do Rio foi serpente, e depois adquiriu suas características ‘transformantes’, incorporando à sua constituição zoomórfica os demais animais que podem ser vistos no espaço da ambiência do Jaguaribe, durante o uso cotidiano que os moradores de Jucás fazem do Rio. As imagens e simbologias coletivas, que, pelas dinâmicas da história, se formam e se transformam, são recebidas, (re)significadas e dessa forma passadas de uma sociedade para outra, circulando por culturas, períodos e ambientes. As imagens do Antigo Testamento e do Gênesis, investidas de uma carga simbólica densa, se exprimem por palavras e temas que organizam um cotidiano pelo fascínio do imaginário numa sociedade predominantemente oral, como teoriza Le Goff em seu livro “*O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*”, ao pensar na correlação entre essas duas dimensões que se auto-compõem e se imiscuem (1985, p. 23).

Narrando as histórias de ‘nascimento’ do Bicho do Rio, a sua lenda foi acrescida de um ‘prefácio’ por Dona Maria Antônia Pereira e pelo eu esposo, o Sr. Francisco Pereira, quando ela se pôs a lembrar de um ataque que sofreu do Bicho nos idos dos anos sessenta.

S. Chico: Aqui vai aparecer um bicho pra acabar com a cidade. Padre João falou que se o povo soubesse que é que tem ali dentro, retirava todo mundo da cidade. Eu não sei te dizer, mas já ouviu, Antônia, de uma fera que havia aí no túmulo, no cemitério que virou? Tem um defunto que foi enterrado aí no cemitério, que rachou o túmulo e ouvia-se um rosnado por dentro, tanto que acho, chegaram até a fazer uma haste de ferro.

D. Antonia: quando o trem apitava em Cariús (cidade vizinha), ela estrondava dentro da catatumba. Foi cadeado o túmulo todinho.

(Karuna: Essa fera que tem no túmulo aparece há muito tempo?)

D. Antonia: Não, não. Desde o tempo do trem. Como é que diz, aquele trem que era de fumaça?

S. Chico: o povo acha que esse Bicho do Rio foi a transformação desse fenômeno que houve aí no cemitério, por que depois não se ouviu mais nada.

Karuna: qual o tempo dessa fera, era antes de aparecer o Bicho do Rio, então?

D. Antonia: era, era no tempo do trem.

S. Chico: mas dizer que tem uma fera grande no rio hoje, tem...

(Karuna: é, é isso que me contaram sobre essa história do aparecimento do Bicho do Rio. Agora eu fiquei curiosa sobre a história de uma alma no cemitério, e que depois essa alma virou o Bicho do Rio...)

S. Ernando: ninguém sabe... O povo diz que acabou-se. Com medo, fizeram uma fachada de ferro ao redor do túmulo, e com o tempo essa cobra que rosnava



desapareceu, e quando desaparece de lá é quando chega o Bicho do Rio. Essa alma dentro do túmulo rosnava quando o trem lá em Cariús apitava.

(Karuna: e o trem passava por aqui, em Jucás?)

S. Ernando: Não. Só em Cariús, de Iguatu a Cariús. O trem Maria-fumaça.

D. Antonia: Esse trem era de um pessoal rico, era dos Leal. A fera ficava no túmulo deles. Aí, quando souberam disso, gradearam logo todinho, o túmulo todinho de ferro.

S. Chico: era gente perversa. Pegava a pessoa e botava pedra no pescoço, soltava no açude pra piranha comer; **D. Antonia:** de perversos!

(Karuna: e eles eram donos de que aqui, essa família Leal?)

D. Antonia: de tudo! Donos do mundo, eles eram que eram donos nesse tempo.

Seu Ernando: eles eram mandatários de pistolagem.

(Karuna: eles eram prefeitos, o que eram?)

Seu Ernando: eles tinham poder. O poder...

(Karuna: sim, mas eles tinham lavoura, fazendas, empregavam as pessoas nas fazendas, é isso?)

D. Antonia: tinham terra. A terra, a terra era deles. Era um poder tão grande que se a polícia pegasse assim na cerca deles, ninguém não metia mais a mão. Essa família é muito antiga aqui, no tempo dos antigos. Quando chegamos já tavam tudo aí. Agora, a gente conta o que povo contava, ninguém aqui viu não.

(Karuna: e essa família, como eles foram perdendo o poder, ou ainda tem deles aqui, poderosos?)

Seu Chico: a morte. Foi morrendo, morrendo... É que nesse tempo aqui quase não havia governo, pois é, era naquele tempo que se comprava o poder de major, tenente, essas coisas, coronel, era tudo era comprado naquela época. Não tinha curso nenhum. Quem tivesse dinheiro, era um coronel. Sargento, major, tudo era. Aqui tinha um capitão, Capitão João Mendonça, Coronel Raimundo Gomes... Tudo isso, a troco disso, os poderosos.

(Karuna: e que mais fazia com as pessoas, essa família Leal?)

S. Ernando: pistolagem. Chumbo! (risos)

S. Chico: eu vou lhe dizer, era família perigosa! A família Leal era quem mandava no mundo. Com o decorrer dos tempos, os velhos foram se acabando, e os novos chegaram a ser até prefeito aqui na cidade. Tinha o major Zé Carlos, né? Perigooso!

(Karuna: e claro, o povo tinha medo deles?)

S. Ernando: ah, quem é que ia abrir a boca pra dizer nada! Por exemplo, nós estamos aqui nessa reunião. Se fosse naquele tempo, se uma pessoa ouvisse, ah, podia correr, que os três aqui, já tava morto!

(Karuna: aí no caso, o povo conta que essa alma, essa fera, que tava no túmulo dessa família Leal, acabou passando pro rio e virou esse Bicho?)

S. Ernando: imaginação do povo!

(Karuna: é, eu sei, mas eu quero saber é sobre isso, o que o povo imagina...)

S. Ernando: por que tinha lá, e não tinha no rio, e depois apareceu no rio.¹

Esta longa história mistura muitos elementos que abrem caminhos para outros estudos sobre a sociedade de Jucás, a arregimentação política nos espaços do sertão, entregue ao poder dos que tinham o domínio da terra, o 'coronelismo', e sobre a (re)significação dos símbolos da modernidade neste ambiente. Uma composição no campo do imaginário, que situa na memória o monstro animal (zoomórfico), como uma permanência daquilo que traz o mal e o desconforto para os habitantes menos favorecidos economicamente de Jucás. A fera é um ser bestial. Por ser o Bicho do Rio um ser transformante, também os seus muitos

aparecimentos não se contradizem ou se auto excluem, porém se complementam, compondo um emaranhado de histórias significativas. Além de representar o medo, o perigo do desconhecido, os encantados e assombrados do rio, em formas de animais, o Bicho do Rio também acaba ‘materializando’, num campo imaginário, características socioculturais do sertão do Ceará, onde Jucás está localizada.

Acasos, coincidências, alusões, são parte deste universo do imaginário, porém não constituem, na narrativa acima, portas para a racionalização do Bicho do Rio. A fabricação de assombrações, e dentro destas a de monstros, participa de um processo de encantamento do mundo. Mesmo que hoje a dimensão dos encantados esteja reservada a determinados seres e lugares, algo muito específico dentro de um ambiente mais geral, a leitura de mundo que estamos aqui perpassando neste estudo, tem a característica de não se ater ao que uma leitura racionalizada entenderia como contradições.

A memória que ‘os mais antigos’ deixaram foi sendo encaixada na lenda do Bicho do Rio, quando este passou a aparecer, atacar e a ter um nome. Algo que ficou registrado como uma memória do ‘mal’ em forma de injustiça, de perversidade, passou a compor, também, uma história que carrega o perigo de outras formas de morte. A família referida matava de muitas maneiras, e uma delas era amarrando muitas pedras no pescoço da pessoa e jogando-a num açude ou poço do Jaguaribe, onde tivesse piranhas para o corpo humano ser devorado pelos peixes carnívoros. Alega-se também que a família poderosa matava os inimigos contratando pistoleiros, prática verificável numa chamada história da violência, associada aos ‘coronelismos’.

Coronelismo é um conceito complexo, amplo, que foi largamente utilizado na historiografia para explicar e denominar uma estrutura de poder baseada no domínio político (público) pelo ‘Coronel’. O Coronel era (quase sempre) uma figura civil e não um oficial militar, da alta patente; uma autoridade que detinha o poder sobre a população por meio da violência, das fraudes eleitorais, troca de favores, votos compulsivos e compra de votos. Essa prática é datada historicamente, abrangendo o período conhecido como República Velha, que se ‘encerra’ após a ‘introdução’ do Estado Novo, em 1930. As maneiras pelas quais se desenvolviam relações de poder impunham o controle da população, no âmbito municipal, e propiciavam que figuras, grupos e famílias se mantivessem na administração pública da máquina governamental.

Esta família aqui mencionada por S. Chico Pereira e Dona Antonia detinha também o poderio das terras e da economia na região, o que exemplifica a estrutura deste sistema vigente no Brasil durante Primeira República, ou a ‘República Velha’². Num período em que

estava sendo ‘implementando’ no Brasil um novo sistema de governo, o Republicano, os proprietários de terras e fazendeiros também estavam se encaixando neste sistema de poder. Este processo era acompanhado da violência, marcante por ser uma imposição à população municipal do voto em determinados candidatos ao Governo, da obediência e da ‘troca de favores’. Uma tensão entre o arcaico poderio colonial dos proprietários de terras e a nova forma de governo, a República, em verdade encontrou essas, dentre outras, formas de manutenção da estrutura vigente. A conexão administrativa e política entre o âmbito local (Municípios) com o Estadual e o Nacional era mediada pelo coronelismo, que angariava com isso a centralidade do poder, numa personificação (familiar, oligárquica) da autoridade pública. O pai deixava para seus herdeiros, quase sempre consanguíneos, mas também os seus ‘escolhidos’ (apadrinhados, aliados, parceiros) políticos, o domínio das terras e da economia. O sentido do ‘coronelismo’ vai além do ‘clientelismo’ e do âmbito político.³ Esse poder estendido teceu, num emaranhado de referências conjugadas, a memória que gestou e amparou a lenda do Bicho do Rio.

O trem foi símbolo da modernidade no século XIX. A história ferroviária iniciou-se no Ceará com a implantação dos trilhos ainda na época do Império, em 1870. Em 1873, partia o primeiro trem, uma pequena composição puxada por uma máquina a vapor. Ficou conhecido como ‘Maria-Fumaça’, pois formava uma espessa nuvem de fumaça acima do motor, e deixava-a no ar, sendo, assim, essa a marca e imagem que trazia. Saindo do centro, próximo à praia, fez o seu primeiro percurso; trecho de 7,20km entre a Estação Central, em Fortaleza, e a Parangaba. A Parangaba (Arronches) hoje é um bairro de Fortaleza, mas no período era um município do Ceará e abrigou uma estação ferroviária muito significativa à memória da história desta localidade. A ideia que impulsionou a criação do trem foi o dinamismo que as modernidades do XIX ‘pediam’: escoar a produção serrana do café para o porto de Fortaleza. Depois os trilhos se estenderam até Baturité e foram avançando pelo sertão cearense. Rodou e descarrilhou políticas, memórias, significados dentro da História do Ceará.

Raimundo Menezes, cronista fortalezense, nos traz uma narrativa histórico-literária que fornece indícios da recepção das pessoas à nova técnica, o engenho do homem moderno.

O primeiro apitar de trem: No dia 3 de agosto de 1873, cerca de 8.000 fortalezenses - a quase totalidade da população da capital cearense de então! - vieram, meio assombrados, assistir, na Rua do Trilho de Ferro, hoje Tristão Gonçalves, à passagem barulhenta do primeiro trem que andou espantando todo mundo, na via pública, com o seu apitar estridente e esquisito. Naquela tarde, dava-se a experiência da locomotiva "Fortaleza". Diante da multidão basbaque, o pequenino trem, com um êxito surpreendente, rodou, cinco vezes, seguidamente, sob os mais entusiásticos aplausos, entre a estação Central, localizada no antigo Campo



d'Amélia, atual praça Castro Carreira. Raimundo Menezes - Coisas que o vento levou...

(‘Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga / Edesio Editor / 1938) ⁴

O crescimento da antiga vila de Poço dos Paus, que à época fazia parte do Distrito de São Mateus, hoje Cariús, município vizinho a Jucás, está relacionado também a uma estrada de ferro. No começo do século XX, o projeto de construção do Açude Poço dos Paus e de uma ferrovia, a qual partiria da cidade de Iguatu, atraiu a centenas de pessoas em busca de trabalho e da oportunidade de abrir empresas comerciais para a região. A barragem deste açude foi feita sobre o rio Cariús, e era parte da política do então Presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, de açudagem no sertão (implementada através do IFOCS – Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS). A expansão da linha férrea no Estado compôs o processo econômico de ocupação desta região do Centro-Sul cearense, pois facilitou o transporte do material e máquinas importadas da Inglaterra e dos Estados Unidos, e de operários, que chegaram de várias cidades. O ramal que ligava a linha férrea de Iguatu a Cariús foi inaugurada quando se viam e ouviam os ecos do modernismo, na semana de Arte Moderna em São Paulo, no ano de 1922.

Mas antes disso, em outubro de 1910, os trilhos da Estrada de Ferro de Baturité tinham o seu ponto terminal em Iguatu: a estação desta cidade fora inaugurada no dia 5 de novembro daquele ano, e de Iguatu, estendeu-se para o Crato em 1926. O ramal Sul saía de Fortaleza em 1870, serpenteou em extensões e iniciou uma jornada de travessia para, com seus trilhos, cortar os sertões, vencer rios sobre longas pontes metálicas, e, anos depois, finalizar na cidade do Crato. A última viagem deste trem de passageiros aconteceu em 1988. A construção das ferrovias alterou o cenário regional do Alto e Médio Jaguaribe, dando a Iguatu, município vizinho a Jucás, uma centralidade econômica que antes estava em Icó. Devido à proximidade a Iguatu e Cariús, Jucás era mais uma localidade favorecida pelas implicações da linha férrea no sertão cearense. Centro da vida social e econômica de várias cidades do interior, as estações ferroviárias encurtavam o tempo para a comunicação com a Capital. Canta Milton Nascimento, menino do Rio, criado nas Minas Gerais: "*A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar*" (composição de Fernando Brant, álbum de Milton Nascimento: ‘Chegadas e Partidas’, gravadora Braclay, lançado em 1985) Lembrem os jucaenses mais velhos, nas conversas de entrevistas para esta pesquisa, que a chegada do trem era um acontecimento social. As pessoas iam bem vestidas, alcançavam a estação, se aglomeravam, traziam e levavam mercadorias⁵.

Irmanado com a cobra, animal serpenteador, o Maria-Fumaça de Cariús produzia um ‘som estranho’, o apitar que identificavam como uma comunicação entre os dois elementos, a cobra e o trem. Por ter um formato comprido, fazer voltas e voltas, o trem passou por uma (re)significação que o encaixou no universo dos antigos jucaenses: um cobra, serpente do homem moderno que se embarçava pelas terras do Ceará, desde o litoral, passando pelas serras, pelos sertões, e encerrando o percurso na região do Cariri.

S. Inácio: O trem faz muito tempo aqui... Eu ainda andei no trem, mas eu era pequeno ainda. E era assim, no túmulo aí, na catacumba, tinha uma fera, aí quando o trem buzina lá, a cobra gemia aqui, uma fera, uma fera! Que muita gente diz que é uma cobra, mas o padre João só disse que era um bicho; dava um gemido, até que ela rachou (o túmulo). Dizem eles que quando o trem apitava, era a cobra, que tinham usado o grito da cobra e formaram a buzina do trem. Quer dizer, quando ela gritava, o trem buzina, ela pensava que era uma cobra formando um elo com o grito dela. Quer dizer, outra companheira, né? Nós chamávamos cobra por que o padre João não disse, né, só disse ‘um bicho’, mas a gente julgava que fosse a cobra, que o grito do trem, a buzina, imitava a buzina do trem, ou melhor, imitava o grito da cobra aqui, a buzina do trem. E quando o trem buzina, a cobra pensava que era outra. (Sr. Inácio Manoel P. da Silva, nascido em 1947. Entrevista gravada na noite de 23-07-08, Jucás).

A narrativa do Seu Inácio se refere a ‘eles’: são outros moradores de Jucás, o ‘muita gente’. Numa comunicação que transparece as significações que o trem – símbolo da modernidade ‘guiada pela’ ciência que se pretendia racional e cujos embasamentos filosóficos se propunham a des-encantar o mundo, dando privilégios a uma leitura sob outras leis do mundo natural – assume a correspondência de um elemento próprio do universo dos jucaenses: uma fera. Se a serpente é a maior das ‘bestas feras’, como consta no Gênesis, o trem, pelas suas proporções, certamente corresponderia a uma serpente gigante e barulhenta. A fera que estava no túmulo entendia o apito do trem como uma comunicação de outra serpente, que distante dali estava, mas com ela ‘comunicava-se’.

O fato de o Bicho do Rio ser relacionado à serpente, além do peso simbólico que esta imagem carrega, caso lida em alusão às associações feitas a este animal no Antigo Testamento, tem uma fundamentação que interessa a esta pesquisa. Jaguaribe etimologicamente significa ‘Rio das Onças’. Os jaguares representavam antigos perigos aos moradores e viajantes, como descreveu o viajante do século XIX, Henry Koster. Foram caçados e deixaram de ser encontrados nas margens do Jaguaribe, de forma que as onças parecem hoje algo deslocado da fauna local.

Entretanto, esta questão é elucidada com um dizer local, que informa sobre o assunto: ‘o medo de onça passou para o medo de cobra’. As onças-pintadas, ‘antigos moradores’ da fauna do Jaguaribe, que margeavam seu leito e suas matas, são hoje símbolo

da fauna brasileira. Aludida como um ‘perigo dos antigos’, herdou para as cobras o lugar do medo.

Os monstros, temidos pelos homens, são arautos de mensagens, podem carregar representações e mensagens para a vida cotidiana dos seres que deles têm conhecimento.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Gilmar (org.). *A natureza dos Rios: História, memória e territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GATTO, Luiz Carlos Soares (supervisor). ‘Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jaguaribe: Diretrizes Gerais para ordenação territorial’. IBGE, Diretoria de Geociências: DIGEO 1/NE.1, 1999.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: paralelo 15, Editora UNB, 1999.

ROSA, Guimarães, “A terceira margem do rio”, In: *Primeiras Estórias*, 2005, p. 82.

Notas

¹ Dona Antônia Maria Pereira, nascida no ano de 1930; Sr. Francisco Pereira, nascido no ano de 1923. Entrevista gravada no dia 24 de Julho de 2010. O Sr. Ernando Cavalcante me fez a apresentação da Dona Antônia, pois a sua narrativa de aparição do Bicho como tartaruga é bastante conhecida em Jucás. Ele então também participou da conversa. Seu Ernando é incisivo em manter a versão mais recorrente em Jucás, e a que apresenta em seu livro: a moça virgem que deu à luz uma criança e a abandonou no Jaguaribe; depois, é essa criança que se torna o Bicho do Rio. Para ele, este é ‘o nascimento do Bicho, e não a imaginação do povo’.

² Primeira República ou República Velha. Evidentemente, não cabe aqui uma discussão sobre o conceito de República Velha; apenas menciono por que a denominação foi determinada após a introdução do Governo de Getúlio Vargas, em 1930, com o intuito de demarcar dali em diante uma ‘nova’ prática de poder governamental, que ia de encontro ao coronelismo. Entretanto, a estrutura arraigada de patronismo, mandonismo, patriarcalismo, violência, conceitos correlatos ao ‘coronelismo’, continuou sendo praticada no Brasil. Sobre este assunto, consultar, dentre uma vasta bibliografia: José Murilo de Carvalho “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*”, 1997: <http://www.scielo.br/scielo>, sítio consultado em Julho de 2011; Vitor Nunes Leal *Coronelismo, Enxada e Voto*. Forense, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1997 (a primeira edição deste livro foi em 1948, sendo este estudo apontado por José Murilo de Carvalho como difusor na Academia do conceito de ‘coronelismo’); Maria de Lourdes Janoti *Coronelismo: uma política de compromissos*, 1992.

³ Isto posto para o caso da família Leal, referida pelos depoentes. Família tratada aqui como modelo, expressão dessa estrutura sócio-política do Brasil na Primeira República, e das formulações imaginárias que as marcas da memória sobre esta Família engendrou nos moradores menos favorecidos de Jucás. Ressalto apenas que essa família Leal não foi pesquisada com afinco dentro deste estudo. Documentos oficiais não foram consultados, e também não ouvi nenhum representante da família. Pude travar curta conversa com uma senhora, que foi empregada da família durante muitos anos, e adotada legalmente por um dos herdeiros. Outros jucaenses apenas



me informaram que esta filha fora excluída de benefícios da herança, embora tenha prestado serviço para a família por muitos anos de sua vida.

⁴ Esta crônica foi encontrada no sítio: <http://www.ofipro.com.br/preservando/estacao>, consultado em Julho de 2011. Este sítio tem o projeto de contar a história da Estrada de Ferro de Baturité. Embora o trecho citado acima não desrespeite diretamente ao ‘Maria Fumaça’ que está sendo referido (cuja inauguração foi anterior, em Julho de 1873), mas à Estação Central de Fortaleza (que circulava pelo centro da cidade), foi aqui trazido para compor, juntamente com os depoimentos dos jucaenses, um apanhado sobre a receptividade do trem no Ceará.

⁵ Dentro da história da ferrovia no Ceará, o trem carrega também muitas marcas das secas. Em 1932, ocorreu uma intensa seca. Devido às políticas de combate e assistência aos flagelados, e aos efeitos das ferrovias do interior, em Fortaleza (que em 1915, viu-se repleta de flagelados pelas ruas), e à instalação de campos de concentração no interior do Estado (em Senador Pompeu, Ipu, Quixadá, Quixeramobim, Cariús e Crato), os retirantes não puderam embarcar nos trens para Fortaleza. O maquinista aposentado, Francisco Monte, narra em depoimento ao documentário de Aderbal Nogueira, “*O Último apito*”, suas memórias da relação do trem com a seca: “Na seca de 1932, vi muita gente morrendo de fome, na calçada da estação de Iguatu e de Afonso Pena (hoje Acopiara). Era uma cena triste, que doía na gente. Multidão querendo embarcar em direção à Capital para fugir da morte. Os flagelados eram barrados em Senador Pompeu, onde havia um campo de concentração de sertanejos, famintos e doentes”. Sobre este assunto, ver: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*, 2005. Este livro trata de um período inicial da ferrovia no Ceará, quando o trem ainda não alcançava o Crato, porém traz análises sobre as funções do trem na política assistencialista do combate à seca.